

Empresa
Paraense de
Transmissão de
Energia S.A.

**Demonstrações
contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2018**
Com Relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	13



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL.



Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Ativo Imobilizado**

Nota Explicativa n.º 3 e n.º 5 às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial na rubrica ativo imobilizado o montante de R\$ 96.524 mil relativo aos seus ativos imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e consequentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado. Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, em base amostral, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Obtivemos ainda a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos bens do ativo imobilizado, e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.



Outros assuntos

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 28 de março de 2019.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma



perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.3	10.567	6.621
Concessionárias e Permissionárias	4	5.376	5.059
Serviços em Curso		1.187	1.539
Tributos Compensáveis		1.381	1.329
Despesas Pagas Antecipadamente		1	3
Outros Ativos Circulantes		204	2.979
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	4	980	969
Tributos Compensáveis		14	14
Depósitos Judiciais e Cauções		39	30
Outros Ativos Não Circulantes		766	172
Participações Societárias Permanentes		73.064	50.461
Imobilizado	5.1	96.524	100.504
Intangível	5.2	495	650
Total do Ativo		190.598	170.330
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		754	699
Debêntures	6.1	22.860	16.698
Obrigações Sociais e Trabalhistas		601	501
Tributos		4.314	8.565
Encargos Setoriais		2.284	3.210
Outros Passivos Circulantes		1.226	2.854
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Debêntures	6.1	50.576	28.394
Tributos Diferidos		824	824
Outros Passivos Não Circulantes		901	604
Total do Passivo		84.340	62.349
Patrimônio Líquido			
Capital Social	7.1	116.130	111.482
Reservas de Lucros	7.2	(9.872)	(3.501)
Total do Patrimônio Líquido		106.258	107.981
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		190.598	170.330

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31/12/2018	31/12/2017
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	53.800	76.639
(-) Parcela Variável		(134)	(177)
Tributos			
PIS-PASEP		(350)	(497)
Cofins		(1.616)	(2.294)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(486)	(710)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.395)	(1.988)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(215)	(306)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		49.604	70.667
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		49.604	70.667
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	9	(3.999)	(3.389)
Material		(120)	(132)
Serviços de Terceiros		(2.475)	(2.701)
Arrendamento e Aluguéis		(2.804)	(2.742)
Seguros		(13)	(24)
Doações, Contribuições e Subvenções		(282)	(367)
Tributos		(79)	(67)
Depreciação e Amortização		(4.378)	(4.396)
Resultado da Atividade		35.454	56.849
Equivalência Patrimonial		6.123	5.842
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(4.362)	(6.011)
Receitas Financeiras		519	1.160
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		37.734	57.840
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(2.378)	(7.963)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		35.356	49.877
Resultado Líquido do Exercício		35.356	49.877
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		35.356	49.877
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,309481	1,847296
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,309481	1,847296
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,309481	1,847296
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,309481	1,847296

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado do Exercício	35.356	49.877
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	35.356	49.877
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	35.356	49.877

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Lucro</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	105.252	(9.310)	-	95.942
Aumento de Capital Social	6.230	(6.230)	-	-
Incentivos Fiscais	-	4.648	(4.648)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(10.652)	-	(10.652)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	49.877	49.877
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal		1.246	(1.246)	-
Juros sobre o Capital Próprio		-	(11.134)	(11.134)
Dividendos	-	12.426	(28.478)	(16.052)
Dividendos Adicionais Propostos	-	4.371	(4.371)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	111.482	(3.501)	-	107.981
Aumento de Capital Social	4.648	(4.648)	-	-
Reserva de Reinvestimento	-	-	-	-
Incentivos Fiscais	-	4.425	(4.425)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(4.371)	-	(4.371)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	35.356	35.356
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	930	(930)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(10.692)	(10.692)
Dividendos	-	-	(15.912)	(15.912)
Dividendos Adicionais Propostos	-	(2.707)	(3.397)	(6.104)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	116.130	(9.872)	-	106.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		35.356	49.877
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		170	187
Depreciação		4.208	4.209
Equivalência Patrimonial		(6.123)	(5.842)
Imposto de Renda e Contribuição Social		2.378	7.963
Juros e Variações Monetárias		4.144	5.903
Outros		38	-
		<u>40.171</u>	<u>62.297</u>
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários		(328)	4.610
Depósitos Vinculados a Litígios		(9)	(29)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(8)
Tributos Compensáveis		-	(1)
Outros		(98)	(364)
		<u>(435)</u>	<u>4.208</u>
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		(982)	(144)
Fornecedores Setoriais		55	19
Salários e Encargos Sociais		100	15
Tributos e Contribuição Social		558	406
Outros		(1.437)	(3.248)
		<u>(1.706)</u>	<u>(2.952)</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Encargos de Dívidas Pagos		(4.078)	(6.460)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(7.185)	(6.813)
		<u>26.767</u>	<u>50.280</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aportes / Aumento de Capital em Controladas		(45.000)	-
Imobilizado	5.1	(268)	(18)
Intangível	5.2	(14)	(11)
Proventos Recebidos		31.101	2.473
		<u>(14.181)</u>	<u>2.444</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Debêntures Obtidas		44.674	-
Debêntures Pagas		(16.236)	(16.235)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(37.078)	(37.838)
		<u>(8.640)</u>	<u>(54.073)</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		3.946	(1.349)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		6.621	7.970
No fim do exercício		<u>10.567</u>	<u>6.621</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ETEP”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e esclarecimentos prestados pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Aneel que confirmam a não obrigatoriedade de preparação das práticas de consolidação de controladas, e permitem o cálculo da equivalência patrimonial de investimentos com base nas suas demonstrações contábeis societárias, todavia, a Companhia realizou o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 12, para melhor entendimento do leitor.

3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 14 a 18, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Concessionárias e permissionárias são classificadas como “Ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Passivos financeiros: A Companhia classifica fornecedores e debêntures como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%.

Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro real. A ETEP possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- **Diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

D E S C R I Ç Ã O - R\$ Mil	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA			TOTAL 2018	TOTAL 2017
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.376	34	3	943	6.356	6.028
TOTAL	5.376	34	3	943	6.356	6.028

5 Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	151.227	-	-	-	-	151.227	-	(63.395)	87.832	92.037
Máquinas e Equipamentos	150.934	-	-	-	-	150.934	-	(63.203)	87.731	91.907
Veículos	286	-	-	-	-	286	-	(186)	100	129
Móveis e Utensílios	7	-	-	-	-	7	-	(6)	1	1
Administração	137	-	-	-	-	137	-	(129)	8	11
Máquinas e Equipamentos	116	-	-	-	-	116	-	(116)	-	-
Móveis e Utensílios	21	-	-	-	-	21	-	(13)	8	11
Subtotal	151.364	-	-	-	-	151.364	-	(63.524)	87.840	92.048

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Transmissão	8.417	253	-	-	(40)	8.630	253	-	8.630	8.417
Máquinas e Equipamentos	1.002	200	-	-	(40)	1.162	200	-	1.162	1.002
Outros	7.415	53	-	-	-	7.468	53	-	7.468	7.415
Administração	39	15	-	-	-	54	15	-	54	39
Máquinas e Equipamentos	6	15	-	-	-	21	15	-	21	6
Outros	33	-	-	-	-	33	-	-	33	33
Subtotal	8.456	268	-	-	(40)	8.684	268	-	8.684	8.456
Total do Ativo Imobilizado	159.820	268	-	-	(40)	160.048	268	(63.524)	96.524	100.504

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	943	-	-	-	943	-	(648)	295	327
Servidões	199	-	-	-	199	-	-	199	199
Softwares	165	-	-	-	165	-	(69)	96	128
Outros	579	-	-	-	579	-	(579)	-	-
Administração	707	-	-	-	707	-	(596)	111	248
Softwares	538	-	-	-	538	-	(429)	109	215
Outros	169	-	-	-	169	-	(167)	2	33
Subtotal	1.650	-	-	-	1.650	-	(1.244)	406	575
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	70	14	-	-	84	14	-	84	70
Servidões	59	-	-	-	59	-	-	59	59
Softwares	11	14	-	-	25	14	-	25	11
Administração	5	-	-	-	5	-	-	5	5
Softwares	5	-	-	-	5	-	-	5	5
Subtotal	75	14	-	-	89	14	-	89	75
Total do Ativo Intangível	1.725	14	-	-	1.739	14	(1.244)	495	650

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018		2017	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,80%	151.227	(63.395)	87.832	92.037
Custo Histórico	2,80%	151.227	(63.395)	87.832	92.037
Administração	15,85%	137	(129)	8	11
Custo Histórico	15,85%	137	(129)	8	11
		151.364	(63.524)	87.840	92.048
Em curso					
Transmissão	-	8.630	-	8.630	8.417
Administração	-	54	-	54	39
		8.684	-	8.684	8.456
		160.048	(63.524)	96.524	100.504

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	215	215
A Ratear	53	53
Total das Adições	268	268

5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

6 Empréstimos e Financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
																	2020	2021	2022	2023	Total
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	315	22.545	50.576	73.436												23.112	10.965	10.992	5.507	50.576
2.1	Debêntures Simples Banco Itaú S.A. - 2ª Emissão	278	16.224	12.174	28.676	Sim	ago-14	Não há	CDI	109,75%	07/02/19	Trimestral	07/02/19	07/08/20	Trimestral	SAC	12.174	-	-	-	12.174
2.2	Debêntures Simples Banco Bradesco S.A. - 3ª Emissão	37	6.321	38.402	44.760	Sim	jun-18	Não há	CDI	112,00%	28/01/19	Mensal	26/06/19	30/06/23	Mensal	SAC	10.938	10.965	10.992	5.507	38.402
8	Total por Dívida	315	22.545	50.576	73.436												23.112	10.965	10.992	5.507	50.576
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	315	22.545	50.576	73.436												23.112	10.965	10.992	5.507	50.576

As cláusulas restritivas das debêntures da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2018, atualizado pelo IGPM, era de R\$ 154.420 para a 2ª emissão de debêntures.

As cláusulas restritivas das debêntures da ETEP estão relacionadas ao limite da dívida líquida, que em 31 de dezembro de 2018, atualizado pelo CDI, era de R\$ 179.414 para a 3ª emissão de debêntures.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2018, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

6.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	10.567	10.567
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	10.567	10.567
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	39	39
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	6.590	6.590
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	3.938	3.938

6.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
11	(+) Dívida Bruta	315	22.545	50.576	73.436	45.092
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	315	22.545	50.576	73.436	45.092
12	(-) Ativos Financeiros	(10.567)	-	-	(10.567)	(6.621)
12.1	Alta Liquidez	(10.567)	-	-	(10.567)	(6.621)
13	(+) Dívida Líquida I	(10.252)	22.545	50.576	62.869	38.471
15	(+) Dívida Líquida II	(10.252)	22.545	50.576	62.869	38.471

7 Patrimônio Líquido

7.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 116.130, representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
ALUPAR Investimento S.A.	13.505	50,02	9.002	50,01	22.507	50,02
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.495	49,98	8.998	49,99	22.493	49,98
	27.000	100,00	18.000	100,00	45.000	100,00

7.2 Reservas de lucros

	31/12/2018	31/12/2017
Reserva legal	23.226	22.296
Reserva especial para incentivos fiscais	4.426	4.648
Outras	(37.524)	(30.445)
	(9.872)	(3.501)

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outras: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

8 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2018	31/12/2017
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	53.666	76.639
Total	53.666	76.639

9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	3.244	2.718
Remuneração	1.597	1.543
Encargos	551	532
Previdência privada	16	12
Assistência médica	178	166
Despesas rescisórias	262	21
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	473	280
Outros	167	164
Administradores	755	671
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	577	507
Benefícios dos administradores	178	164
Total	3.999	3.389

10 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	37.734	57.840
Juros sobre Capital Próprio	(10.692)	(11.134)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	9.194	18.990
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(2.082)	(1.986)
Incentivos fiscais	(4.426)	
Despesas e Provisões Indedutíveis	625	157
Depreciação	(1.488)	(1.495)
Receitas Regulatórias	(5.237)	(6.902)
Materiais	(77)	(10)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	6.195	(406)
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(243)	(361)
Outros	(24)	(24)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(59)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.378	7.963
Taxa Efetiva	6,30%	13,77%

11 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	10.567	-	10.567	6.621	-	6.621
Concessionárias e Permissionárias	4	5.376	(5.376)	-	5.059	(5.059)	-
Serviços em Curso		1.187	-	1.187	1.539	-	1.539
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	5.376	5.376	-	55.359	55.359
Contas a Receber Ativo Contratual		-	41.505	41.505	-	-	-
Tributos Compensáveis		1.381	-	1.381	1.329	-	1.329
Despesas Pagas Antecipadamente		1	-	1	3	-	3
Outros Ativos Circulantes		204	-	204	2.979	-	2.979
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Concessionárias e Permissionárias	4	980	(980)	-	969	(969)	-
Tributos Compensáveis		14	-	14	14	-	14
Depósitos Judiciais e Cauções		39	-	39	30	-	30
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	-	-	-	87.008	87.008
Contas a Receber Ativo Contratual		-	221.670	221.670	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes		766	1.863	2.629	172	1.863	2.035
Participações Societárias Permanentes		73.064	43.401	116.465	50.461	34.653	85.114
Imobilizado	5.1	96.524	(96.461)	63	100.504	(100.453)	51
Intangível	5.2	495	(379)	116	650	(398)	252
Total do Ativo		190.598	210.619	401.217	170.330	72.004	242.334

	Notas	31/12/2018			31/12/2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores		754	-	754	699	-	699
Debêntures	6.1	22.860	-	22.860	16.698	-	16.698
Obrigações Sociais e Trabalhistas		601	-	601	501	-	501
Tributos		4.314	-	4.314	8.565	-	8.565
Encargos Setoriais		2.284	-	2.284	3.210	-	3.210
Outros Passivos Circulantes		1.226	(1.205)	21	2.854	(2.820)	34
<u>Passivo Não Circulante</u>							
Debêntures	6.1	50.576	-	50.576	28.394	-	28.394
PIS e COFINS diferidos		-	9.652	9.652	-	-	-
Tributos Diferidos		824	39.303	40.127	824	14.894	15.718
Encargos regulatórios diferidos		-	7.933	7.933	-	-	-
Outros Passivos Não Circulantes		901	(901)	-	604	(604)	-
Total do Passivo		84.340	54.782	139.122	62.349	11.470	73.819
Patrimônio Líquido							
Capital Social	7.1	116.130	-	116.130	111.482	-	111.482
Reservas de Lucros	7.2	(9.872)	155.837	145.965	(3.501)	60.534	57.033
Total do Patrimônio Líquido		106.258	155.837	262.095	107.981	60.534	168.515
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		190.598	210.619	401.217	170.330	72.004	242.334

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2018

Notas	31/12/2018			31/12/2017			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	53.800	(53.800)	-	76.639	(76.639)	-
Receita de Operação e Manutenção		-	9.025	9.025	-	9.522	9.522
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	66.506	66.506	-	46.816	46.816
(-) Parcela Variável		(134)	-	(134)	(177)	-	(177)
Tributos							
PIIS-PASEP		(350)	(142)	(492)	(497)	-	(497)
Cofins		(1.616)	(655)	(2.271)	(2.294)	-	(2.294)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(486)	-	(486)	(710)	-	(710)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.395)	(569)	(1.964)	(1.988)	-	(1.988)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(215)	(87)	(302)	(306)	-	(306)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		49.604	20.278	69.882	70.667	(20.301)	50.366
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		49.604	20.278	69.882	70.667	(20.301)	50.366
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores	9	(3.999)	-	(3.999)	(3.389)	-	(3.389)
Material		(120)	(229)	(349)	(132)	(30)	(162)
Serviços de Terceiros		(2.475)	-	(2.475)	(2.701)	-	(2.701)
Arrendamento e Aluguéis		(2.804)	-	(2.804)	(2.742)	-	(2.742)
Seguros		(13)	-	(13)	(24)	-	(24)
Doações, Contribuições e Subvenções		(282)	-	(282)	(367)	-	(367)
Tributos		(79)	-	(79)	(67)	-	(67)
Depreciação e Amortização		(4.378)	4.240	(138)	(4.396)	4.255	(141)
Outras Despesas Operacionais		-	-	-	-	-	-
Resultado da Atividade		35.454	24.289	59.743	56.849	(16.076)	40.773
Equivalência Patrimonial		6.123	4.109	10.232	5.842	5.025	10.867
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras		(4.362)	-	(4.362)	(6.011)	-	(6.011)
Receitas Financeiras		519	-	519	1.160	-	1.160
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		37.734	28.398	66.132	57.840	(11.051)	46.789
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(2.378)	(6.194)	(8.572)	(7.963)	2.779	(5.184)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		35.356	22.204	57.560	49.877	(8.272)	41.605
Resultado Líquido do Exercício							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		35.356	22.204	57.560	49.877	(8.272)	41.605
Lucro Por Ação							
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,309481		2,131852	1,847296		1,540926
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,309481		2,131852	1,847296		1,540926
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade							
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,309481		2,131852	1,847296		1,540926
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,309481		2,131852	1,847296		1,540926

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

12.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de

concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

(a) Contas a receber de clientes

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma.

O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica “Contas a receber de clientes”, passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

(b) Contas a receber ativo contratual

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que é 6,59% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Contas a receber ativo contratual”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS não cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

12.1.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do CPC 47 (IFRS 15) em 2018 (ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão em 2017), e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

12.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	262.095	168.515
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	(75.428)
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(212.725)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	56.888	14.894
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	106.258	107.981

12.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	57.560	41.605
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	11.051
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(28.398)	
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	6.194	(2.779)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	35.356	49.877